

A CULTURA TROPEIRA COMO ATRATIVO TURÍSTICO E PATRIMÔNIO CULTURAL EM DIAMANTINA/MG

RAQUEL FARIA SCALCO¹

MARIA CLÁUDIA ALMEIDA ORLANDO MAGNANI²

CAMILA TEIXEIRA HELENO DE ARAÚJO³

BEATRIZ CAROLINA PIMENTEL⁴

JÉSSICA DE SOUSA OLIVEIRA⁵

ANA PAULA SEVERINO DIAS⁶

Recebido em 12.08.2020

Aprovado em 30.05.2021

Resumo

O presente artigo pretende apresentar a cultura tropeira como patrimônio cultural, como possibilidade de atrativo turístico, além de mostrar sua importância para a região e propor a sua preservação por meio da criação do Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina – MG. A pesquisa busca a compreensão da tropa em seu significado originário: das origens das tropas nas Minas Gerais, chegando à inteligência da importância desse movimento em Diamantina. O trabalho propõe a criação de um memorial que democratizará o acesso a essas memórias, de maneira que moradores locais, turistas e visitantes possam conhecer as características da profissão, e

¹ Bacharel em Turismo, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil. raquel.scalco@ufvjm.edu.br

² Graduada em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em História das Ciências da Saúde pela Fiocruz, doutora em História da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Brasil. mclaudia.magnani@ufvjm.edu.br

³ Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com estágio doutoral na Universidade de Oviedo e pós-doutoral na UFMG, professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Brasil. camilahelena@gmail.com

⁴ Graduada em Ciências dos Alimentos pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil. beatriz.pimentel09@gmail.com

⁵ Graduada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil. jessicasousaoliveira05@gmail.com

⁶ Graduada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil. anapaulasd4@gmail.com

descendentes da cultura tropeira se reconheçam no espaço e nos objetos em exposição. Dessa forma, será possível ressignificar o passado pelo bem do presente e do futuro, por meio do reconhecimento identitário e do acesso à memória e à história. Este artigo se baseou em uma ampla pesquisa bibliográfica, apontando como resultados a proposta de reconhecimento e registro do tropeirismo como bem patrimonial cultural imaterial de Diamantina e de Minas Gerais e apontando sua potencialidade como um novo atrativo turístico de Diamantina.

Palavras-chave: Tropeiros. Atrativo turístico. Patrimônio. Memorial. Diamantina.

TROPEIRO TRADITION AS CULTURAL HERITAGE AND TOURIST ATTRACTION

Abstract

This article intends to present the tropeiro tradition as a cultural heritage and as a possible tourist attraction, besides showing its importance for the region and proposing its preservation through the creation of a Tropeiro and Ferreiro Memorial in Diamantina - MG. The research seeks to understand the tropa in its original meaning, from the origins of tropas in Minas Gerais to the importance of this movement for Diamantina. The work proposes the creation of a memorial that will democratize the access to their history and memories, so that local residents, tourists and visitors can get to know the characteristics of the profession, and so that descendants of the tropeiro culture can recognize themselves in the space and objects on display. Thus it will be possible to ressignify the past for the sake of the present and the future, through identity awareness and access to memory and history. This paper was based on wide bibliographic research and as a result it proposes to acknowledge and register tropeirismo as an immaterial cultural heritage asset of Diamantina and the state of Minas Gerais, drawing attention to its potential as a new touristic attraction in the city.

Keywords: *Tropeiros*. Tourist attraction. Cultural heritage. Memorial. Diamantina

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história do Brasil, a ocupação e exploração de seu território foi um dos principais propósitos da Coroa Portuguesa. Em decorrência da sua grande extensão territorial, a Coroa optou por fazer esta ocupação partindo do litoral em direção ao interior do país. O deslocamento principal, inicialmente, era para a extração e transporte de riquezas minerais, como ouro, diamantes e demais metais preciosos. Posteriormente, outras mercadorias passaram a ser

transportadas, tanto as riquezas aqui encontradas (do interior para os portos), como as mercadorias que vinham da metrópole (do litoral para o interior) surgindo assim a figura do tropeiro e a cultura a ele associada.

O objetivo deste artigo é retratar a história e cultura do tropeiro em Minas Gerais, e mais especificamente na cidade de Diamantina, destacando sua importância como potencial atrativo turístico, a partir da construção de um Memorial do Tropeiro e do Ferreiro⁷. Além disso, o artigo propõe o registro da Cultura Tropeira como Patrimônio Cultural Imaterial de Diamantina e de Minas Gerais⁸, visando reconhecer sua importância na formação da identidade cultural dessa cidade e desse estado. Assim, será possível salvaguardar a história e a memória de um ofício tão importante para o desenvolvimento do transporte, da comunicação e da economia de Diamantina, de Minas Gerais e do Brasil, durante os séculos XVIII, XIX e início do XX.

Como procedimento metodológico para o presente artigo adotou-se a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de artigos, teses, dissertações, livros, documentos oficiais e demais publicações, sendo pesquisados temas como: a origem dos tropeiros, caracterização das tropas, identidade, memória, patrimônio cultural, turismo cultural e patrimonialização da cultura tropeira. No âmbito de projetos de pesquisa e extensão foram realizadas várias etapas metodológicas como: revisão e discussão teórica sobre o assunto, entrevistas com ex-tropeiros, separação, identificação e catalogação das peças do acervo; elaboração de fichas de inventário para cada peça do acervo; e o desenvolvimento de material informativo para o Memorial (totens, *folders*).

O artigo apresenta primeiramente a origem das tropas no contexto nacional, e posteriormente em Minas Gerais, seguido de uma caracterização dos tropeiros e suas tropas, que além de transportarem gêneros alimentícios e outras mercadorias, também contribuíram e modificaram a cultura e a identidade das cidades por onde se deslocavam. No contexto de Diamantina, o tropeiro teve sua atuação muito atrelada ao Mercado Municipal de Diamantina

⁷ O Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina está sendo criado pela Prefeitura Municipal de Diamantina com a parceria do curso de Turismo da UFVJM, e conta com um acervo inicial formado pela coleção particular de utensílios e ferramentas de antigos tropeiros e ferreiros, principalmente de Diamantina e Itamarandiba, doada pelo neurocirurgião e morador da cidade, Dr. Sebastião Gusmão.

⁸ Já existe um grupo de pesquisadores atuando, no sul do Brasil, com a proposta de registro do Tropeirismo como Patrimônio Imaterial Brasileiro (Projeto Tropeiro Brasil).

(Centro Cultural David Ribeiro), conhecido como Mercado Velho, local onde está sendo criado o Memorial do Tropeiro e do Ferreiro. Diamantina, desde quando era ainda um arraial, tornou-se um centro comercial importante para as cidades da região do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais. Os tropeiros deixaram grandes contribuições à cidade, sendo que sua atuação permaneceu de maneira postergada em relação às demais regiões, atuando mesmo após a abertura de novas estradas e a chegada da ferrovia na cidade, até a década de 1950.

Diante desse contexto histórico, ressalta-se a importância da proteção da memória dos tropeiros e o reconhecimento da cultura tropeira como patrimônio cultural imaterial (no âmbito municipal e estadual) como forma de reconhecer a sua importante contribuição para a formação cultural de Diamantina e de Minas Gerais, de modo a ressignificar proteger os costumes, as práticas, os documentos e os equipamentos utilizados por estes profissionais, valorizando sua identidade. Com isso, justifica-se a iniciativa de criação de um memorial, de forma que se possa alcançar a salvaguarda do patrimônio cultural e da memória, contribuindo para a criação de mais um atrativo turístico na cidade e para o fortalecimento do Turismo Cultural em Diamantina.

Assim, reconhecendo a importância do ofício do tropeiro como patrimônio cultural imaterial, é necessária a formação de um acervo de peças, fotografias, ferramentas, equipamentos e documentos que retratem sua atuação e contribuições para Diamantina e região. Diamantina caracteriza-se como um destino turístico consolidado, principalmente por sua vocação inquestionável na área histórico-cultural. Com a abertura desse Memorial poderão ser fomentadas discussões sobre patrimonialização da cultura tropeira, projetos e atividades direcionadas à educação patrimonial, e incentivar eventos que tratem da temática do patrimônio cultural e identidade tropeira.

2. NOTAS SOBRE A ORIGEM DAS TROPAS EM MINAS GERAIS

Para a compreensão do tropeirismo em Diamantina, é preciso recordar, ainda que rapidamente, como se deu a ocupação das regiões interioranas da colônia portuguesa na América. A ocupação e exploração inicial do território colonial se deram do litoral para o interior,

impulsionadas em distintos momentos pela busca por metais preciosos e pelos diferentes ciclos econômicos: ciclo do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do ouro, do algodão, do café, da borracha. Assim, a partir de 1500, a interiorização foi iniciada pelas atividades extrativistas de essências nobres (ciclo do pau-brasil), seguida, no século XVII, pela produção açucareira (ciclo da cana-de-açúcar), com as grandes criações de gado e procura por combustível (nadeira) utilizado nos engenhos (DEAN, 1996). Já no século XVIII, diversas foram as bandeiras que passaram na região de Minas Gerais, em busca de minérios e captura de índios (ROMEIRO, 2005). No entanto, após a chegada da família real à colônia, no início do século XIX, a ocupação do território foi impulsionada por diferentes ações da Coroa Portuguesa na busca por riquezas, como a abertura dos portos às nações amigas, concessão de posse das terras aos descobridores de riquezas, entre outras (ROMEIRO, 2005). Nas Minas Gerais, foi com a descoberta do ouro no final do século XVII, que se iniciou o chamado ciclo do ouro, responsável por transformar abruptamente a ocupação e exploração da região, consolidando a interiorização e ocupação do território. Com a corrida pelo ouro e, posteriormente, a corrida pelos diamantes (descobertos no primeiro quartel do século XVIII), surgiu a necessidade de escoamento de riquezas para a costa marítima do Brasil. Houve uma explosão populacional nas regiões mineradoras, que demandavam abastecimento de diversos produtos, sobretudo utensílios para o garimpo e gêneros alimentícios. Esses produtos eram ofertados por tropeiros nas proximidades das zonas mineradoras e também advindos do litoral, principal meio de entrada de produtos estrangeiros no Brasil.

Da mesma maneira, algumas notas sobre a história de Minas Gerais e de Diamantina são relevantes nesse contexto para a compreensão da importância da cultura tropeira e do memorial que ora se propõe criar. A ocupação das Minas Gerais no século XVIII se deu pelo interesse e pela busca do ouro e dos diamantes. A ocupação urbana (com exceção da cidade de Mariana⁹) se deu de forma espontânea, com implantação de arruamentos e traçados de casario seguindo o delineamento dos cursos d'água. Os espaços urbanos suplantavam os espaços rurais como concentradores de funções e focos de decisões. Os primeiros movimentos populacionais em direção à região de

⁹ Sobre a cidade mineira de Mariana afirmou-se que fora planejada para receber o bispado. Entretanto, recentes estudos apontam que as fontes iconográficas não foram integralmente aplicadas. Assim, pode-se dizer que o plano urbano setecentista de Mariana foi executado parcialmente (VELOSO, 2015). VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). *Domínios da Imagem*, Londrina, v.9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

Diamantina se deram a partir de descobertas auríferas no Serro Frio¹⁰. A fama dessas descobertas ocorridas no final do século XVII atraiu exploradores para a região, vindos não só da capitania de Minas, como de alhures (MAGNANI, 2008).

No primeiro quartel do século XVIII foram descobertas grandes quantidades de diamante na Bacia do Jequitinhonha. O primeiro regimento promulgado pela Coroa Portuguesa no sentido de declarar os diamantes como propriedade real data de 1730. A pesquisa era permitida a qualquer pessoa, sendo estabelecido um regime de captação onde se pagava imposto sobre escravos utilizados nos garimpos e sobre o frete, no caso de exportação para Portugal. Em função de uma queda dos preços do diamante, em 1734, o governo português suspendeu a exploração diamantífera até 1739. Naquele ano houve a retomada da mineração sob o regime de contratos. Cabia aos contratadores o direito de minerar e cobrar impostos, ficando interdita a qualquer pessoa a manutenção de lavras e garimpos nas terras demarcadas em torno do Arraial do Tijuco, onde nem mesmo a entrada de pessoas era permitida sem autorização especial das autoridades coloniais. Este sistema de contratos vigorou até o ano de 1771, quando o Marquês de Pombal criou a Real Extração dos Diamantes, e impôs o monopólio absoluto da Coroa sobre a exploração diamantífera. O rigor da Coroa, visando impedir a exploração ilegal e o contrabando, produziu um mecanismo de controle sem similar na capitania das Minas e acabou impossibilitando a elevação do arraial à condição de vila ainda no século XVIII. Isto só aconteceu no século seguinte, por um decreto imperial de 1831. A maior presença da Coroa Portuguesa no Distrito possibilitou um considerável desenvolvimento urbano e que esse se mantivesse como um polo gerador de rendas. Assim, o setor minerador principal, as manufaturas como as de ferro, madeira, cerâmica e algodão, e uma incipiente agricultura, possibilitaram a criação de um mercado consumidor com hábitos refinados (MAGNANI, 2008).

Além disso, a Real Extração era uma frente geradora de empregos, sendo maior fonte de renda para os moradores da região. Empregava grande número de homens livres e, ainda, cerca de cinco mil escravos, sendo a maior parte deles alugados da população livre. Verificou-se, a partir da terceira década do século XIX, a franca decadência da Real Extração. Em consequência do que, os

¹⁰ Atual município de Serro/MG.

garimpeiros dedicaram-se rapidamente ao trabalho de busca de diamantes, encontrando veios riquíssimos em localidades denominadas Pagão, Córrego de São João, Caldeirões, Quilombos, Curralinho, Guinda, dentre outros. A desorganização das autoridades da Real Extração, após a Independência, impossibilitou, desde então, a interdição efetiva nas terras da Demarcação Diamantina. A liberdade de garimpar que aí então se verificou atraiu numerosos habitantes para a região (MAGNANI, 2008).

A Real Extração foi extinta legalmente em 1832 (e na prática em 1841), o que tornou legítimo o comércio e o garimpo para qualquer pessoa. Isso fez das décadas de 1840 e 1850 um período de acumulação de capital na já então cidade de Diamantina (PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, Lei nº 93, de 06 de março de 1838). Na década de 1860, entretanto, houve uma crise geral dos preços do diamante, que se explica pela saturação do mercado mundial, após a abertura de minas diamantíferas na África do Sul. A cidade viveu, então, uma grave crise econômica a qual reagiu com um surto industrial bastante expressivo e com o fortalecimento do comércio a partir da década de 1870, firmando-se como entreposto comercial da região. Esse surto industrial foi possível em função da acumulação de capital propiciada pelo *boom* da atividade mineradora até à década de 1860, pela abolição da escravatura e pela transformação da divisão do trabalho, consequência da segunda Revolução Industrial, no contexto internacional. A crise gerada pela baixa dos preços do diamante provocou quebras e desespero. Todo esse contexto de transformação e de transição para novos padrões de vida econômica possibilitou, a partir da década de 1870, uma reordenação dos espaços urbanos. A nova realidade da cidade diamantinense, no final do século XIX, permitiu a criação e complexificação dos espaços de sociabilidade, e um surto de industrialização *avant la lettre*¹¹. Ao mesmo tempo, velhas relações sociais coexistiram com as transformações. A rigor, tanto os anseios de modernização na cidade, quanto o surto industrial acima mencionado, foram promessas que não se cumpriram. Diamantina não se confirmou enquanto polo industrial significativo no século XX e elementos pré-modernos pareciam ainda demasiadamente determinantes para uma cidade que se pretendia modernizar. A decadência do garimpo que teve como resposta a indústria de tecidos não foi definitiva. Até o esgotamento quase completo dos veios diamantíferos no final do século XX, a cidade viveu da exploração, lapidação e comércio dos

¹¹ Antes do período que ficou conhecido como a revolução industrial no Brasil, ocorrido entre 1930 a 1956.

diamantes, à mercê das oscilações do mercado internacional de pedras preciosas e em grande parte à margem da legalidade (MAGNANI, 2008).

Dessas breves informações pode-se já compreender a importância dos transportes de víveres para uma cidade que estava inteiramente voltada para a mineração. A produção agrícola e pecuária era também dificultada pela qualidade da terra, pouco afeita àquelas atividades. Destaca-se ainda a necessidade de transportar riquezas até os portos do Rio de Janeiro e, em sentido inverso, levar para a região de Diamantina toda a sorte de produtos industrializados e refinados vindos da Europa. Também as manufaturas, como a do ferro, foram de importância marcante para a cidade. Com as novas tecnologias de transporte, a industrialização e o aumento do comércio exterior na globalização, paulatinamente ofícios como os de tropeiros e ferreiros começaram a desaparecer.

Segundo Sathler (2004), em algumas regiões, como a de Diamantina, o transporte de cargas e pessoas foi realizado por tropas de animais desde o século XVIII até meados do século XX. As tropas eram o meio de transporte para toda sorte de produtos (além de riquezas, víveres, utensílios domésticos e ferramentas para o garimpo, transportavam também cartas, jornais, informações e até pessoas) fazendo a ligação entre o interior e o litoral e entre diferentes regiões produtoras e mineradoras, desenvolvendo a economia nacional e impulsionando a formação de núcleos de comercialização e distribuição de produtos.

Além da crise dos preços dos diamantes e da incipiente industrialização já mencionadas houve, ao final do século XIX, o crescimento da produção agrícola. Esse foi também o período da chegada das ferrovias nas Minas Gerais. Assim, os principais produtos escoados pelas tropas eram algodão, açúcar, café, e outros itens de exportação (LOPES & MARTINS, 2011). No Rio de Janeiro, a partir do início de 1800, existia um considerável fluxo de comércio, englobando produtos vindos da Europa destinados à elite brasileira, e também produtos brasileiros exportados para a Europa, provenientes de diversas regiões do país, transportados pelos tropeiros (SATHLER, 2004).

Testemunhas dessas movimentações de tropeiros, os viajantes Spix e Martius (1981) relataram que grande parte do algodão produzido no país era proveniente de Minas Gerais, com destaque para Minas Novas, sendo levado aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia por meio das

tropas de mulas, ao longo de todo o ano. Além deles, outros viajantes passaram pelo interior do Brasil, pelas Minas Gerais e por Diamantina, como Saint-Hilaire, Mawe, Gardner, Luccock, Maximiliano e Burton e relataram seus contatos com as tropas, em pousos juntamente com os tropeiros, ou até mesmo tendo-os como guias em suas viagens (LOPES & MARTINS, 2011).

3. OS TROPEIROS E AS PECULIARIDADES DESSE OFÍCIO EM DIAMANTINA

Os tropeiros, palavra derivada de tropa¹², designa os homens que conduziam as bestas de carga ou o gado. No entanto, a compreensão relativa a que homens comporiam a comitiva e poderiam ser nomeados desse modo foi se transformando ao longo do tempo. Segundo Calógeras¹³ (1927 *apud* LOPES & MARTINS, 2011) e Peixoto¹⁴ (1951 *apud* LOPES & MARTINS, 2011), até à primeira metade do século XIX os tropeiros eram considerados membros da aristocracia, visto que a formação de uma tropa demandava um conhecimento de finanças para conseguir administrar a venda dos produtos e seu respectivo lucro e um considerável investimento financeiro – para a aquisição dos cargueiros, apetrechos, escravos, manutenção dos custos diários com empregados, animais, constante troca e manutenção dos materiais necessários para montagem e demais custos inerentes à tropa. Conhecimento de finanças e disponibilidade de investimentos financeiros eram então prerrogativas das classes privilegiadas. Destaca-se que, em sua grande maioria, os tropeiros eram provenientes de famílias rurais da elite da época, normalmente filhos dos fazendeiros mais ricos da região (PEIXOTO, 1951 *apud* LOPES & MARTINS, 2011).

A partir dessa concepção elitista (que os distanciava de empregados e, principalmente, dos homens escravizados), a noção de tropeiros passou a se modificar e ser assimilada popularmente de forma mais abrangente. Segundo Flores (2006), no século XVII, a alcunha de tropeiro inicialmente se aplicava ao proprietário dos animais e dos apetrechos, que nem sempre acompanhava a tropa nas

¹² Se refere à grupo de soldados, mas também a bando ou grande porção de animais (CUNHA, 1982).

¹³ CALÓGERAS, P. Transportes arcaicos. In: **Estudos históricos e políticos** (Coleção Brasileira), v. 74, 1927.

¹⁴ PEIXOTO, Léa Quintiere Cortines. **Principais caminhos fluminenses para as Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado do Rio de Janeiro, 1951.

viagens. O termo passou a denominar o dono da tropa e o arrieiro¹⁵ de meados do século XVIII ao século XIX. E, por fim, passou a designar todos os indivíduos que integravam a comitiva, independentemente de suas funções. Assim, também passaram a ser denominados tropeiros aqueles encarregados de diferentes desempenhos na tropa: tocadores (responsáveis pela carga, descarga e preparo dos animais); madrinheiros/guiadores (geralmente garotos que montavam uma égua mansa, chamada de madrinha, cozinhavam e “faziam de tudo”); castradores; domadores; seladores (faziam e reparavam as selas), trançadores (trabalhavam o couro cru para rédeas, peitorais etc.); cangalheiros (revisavam e repunham a indumentária); balaieiros/jacazeiros (faziam os recipientes de carga, geralmente de taquara), funileiros (faziam o material de cozinha com chapas de metal), ferreiros e ferradores (respectivamente, os que preparavam ferraduras e cravos e os que ferravam os animais) (SATHLER, 2004). Ou seja, a linguagem popular se apropriou do termo ao longo do tempo para se referir também a todas as profissões originadas ou desenvolvidas por aqueles que viajavam a trabalho com a tropa (FLORES, 1998).

Ainda que não se tenha uma literatura vasta sobre o tropeirismo na cidade de Diamantina, alguns autores que se dedicaram ao tema nos legaram informações importantes. O tropeirismo era considerado como uma empresa, com objetivo de angariar lucro, satisfazendo seus clientes e estabelecendo laços de confiança (DORNAS FILHO¹⁶, 1959 *apud* LOPES & MARTINS, 2011).

Em se tratando do contexto diamantinense, no que se refere aos produtos transportados, é possível afirmar que a maioria dos tropeiros levava gêneros alimentícios e, por vezes, malas de correio entre aquela cidade e outras localidades da região. Além disso, traziam do litoral encomendas de louças, perfumes, objetos de ferragem, “fazendas” (tecidos) (LOPES & MARTINS, 2011) e levavam riquezas minerais. Martins (2010, p.168) afirma que entre o século XIX e o XX, ao mercado de Diamantina chegavam diferentes carregamentos trazidos pelos tropeiros, dentre eles: “[...] açúcar mascavo, rapadura, fumo, algodão, couros e solas, café, farinha de milho e de mandioca, laranja, banana, abóbora, ovos, frangos, mandioca, samambaia, vegetais de hortas

¹⁵ Encarregado do proprietário que conduzia a tropa, negociava e a chefiava, na ausência deste.

¹⁶ DORNAS FILHO, J. **Aspectos da economia colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.

(quiabo, maxixe, verduras, etc.), lenha, arroz, feijão, milho, toucinho, carne seca, aguardente, canela-de-ema etc”.

Como afirmado anteriormente, alguns viajantes naturalistas que passaram pela região fizeram relatos descritivos da composição das tropas e das características dos tropeiros. Dentre eles, temos George Gardner, que viajou pelo país entre 1836 e 1841, realizando principalmente registros de botânica. Ao passar por Diamantina e região, Gardner relatou que existiam tropas compostas por mais de 150 mulas, caracterizadas como bem organizadas, sendo comandadas ora pelo dono da tropa, ora por um arrieiro ou almocreve, que seguia no final da tropa, normalmente montado em cavalo (GARDNER, 1942). O viajante relatou ainda que havia diferenças entre as tropas das províncias do sul e as do norte, e ressaltou que raramente viam-se cavalos. Narrou também que, normalmente, era realizada uma caminhada ao dia, dependendo das condições da estrada; percorrendo-se o trajeto diário de três a quatro léguas¹⁷. O viajante Saint-Hilaire legou-nos também um detalhado relato concernente sobre o tema:

As tropas um pouco consideráveis são divididas em lotes de sete animais, e cada um é confiado à guarda de um negro ou mulato que, caminhando na retaguarda dos cargueiros de que está encarregado, os incita e dirige por meio de gritos ou por um assobio bastante brando. Costuma-se carregar cada besta com oito arrobas [cerca de 120 quilos], e, para não feri-los, iguala-se a carga com o maior cuidado. Cada caravana que chega a um rancho aí toma o seu lugar; os animais são logo descarregados; arrumam-se as mercadorias com ordem; cada animal recebe sua ração de milho; levam-nos ao pasto; arranjam-se-lhes as albardas, e se desentortam os cravos destinados a ferrá-los. Enquanto isso o mais jovem da tropa vai buscar água e lenha, acende o fogo, arma em redor três bastões que se unem superiormente, amarra-os, e suspende um caldeirão na tripeça, onde põe a cozinhar o feijão preto destinado ao jantar do dia e ao almoço do dia seguinte. [...] Deixando o rancho, saúdam os tropeiros que ainda aí ficam; fazem nova caminhada de três a quatro léguas, e chegam a outra estação pelas duas ou três horas da tarde (1938, p.70-71).

Temos igualmente o relato do Secretário da Legação Britânica do Rio de Janeiro¹⁸ que, ao visitar Diamantina em 1899, descreveu a imagem dos tocadores da tropa no Jornal *O Município*. Segundo ele, trajavam vestimentas velhas, gastas e sujas. Relatou, ainda, que os condutores das tropas eram negros ou mulatos que caminhavam descalços, muitos portavam chapéus de couro provenientes da Bahia. O Secretário complementa dizendo que os condutores não faziam exigência

¹⁷ A légua era uma medida itinerária antiga (CUNHA, 1982), que variava de 2 a 7 km.

¹⁸ Cargo diplomático.

quanto à cama, e dormiam em guarda, fazendo das selas dos cavalos seus travesseiros (O MUNICÍPIO, 1900). De fato, a imagem do tropeiro da região de Diamantina se distancia da imagem do tropeiro gaúcho, inserida no imaginário e, normalmente lembrado por seu chapéu largo, dotado de grossas mantas e botas de couro (LOPES & MARTINS, 2011).

A partir de depoimentos coletados, Lopes e Martins (2011) relataram que as tropas dos muares (burro, mula ou besta) eram bem heterogêneas em relação ao número de animais. Algumas possuíam entre três a cinco animais, enquanto outras tropeiravam com mais de cinco lotes (cada lote tinha cerca de sete mulas). As tropas que tivessem menos de dez animais, denominavam-se puxadas.

Além disso, os autores fazem um breve relato sobre um tema interessante, qual seja a presença de mulheres na tropa:

Os depoimentos não confirmam uma participação efetiva de mulheres lidando com tropas completas e regulares. Fala-se apenas em algumas bruaqueiras¹⁹ que tocavam puxadas ao longo de trechos mais curtos. Entretanto, há relato quanto a certa Senhorinha de Bruno, tropeira do Rio Vermelho que, nos inícios do século XX, realizava um comércio regular e, de quebra, também se encarregava de conduzir donzelas das melhores famílias para o Nossa Senhora das Dores. Esse antigo internato diamantinense, tornado bastante conhecido por seu passadiço suspenso a unir as dependências dos dois lados da íngreme ladeira, foi por longo tempo referência nacional na educação de moças das melhores famílias (LOPES & MARTINS, 2011, p. 345).

Isso denota que a figura feminina nas tropas não era representativa. Porém, nota-se pelo referido, que moças se utilizaram das tropas como meio de locomoção para o internato religioso, sendo conduzidas por uma tropeira. Paralelo a isso, destaca-se, também, o trabalho infantil frequente nas tropas. Normalmente, aos meninos era destinada a função de cozinheiro, atuando no preparo do café e demais refeições, também auxiliando os tocadores no carregamento das cargas (SATHLER, 2004).

¹⁹ Palavra derivada de ‘bruaca’ ou ‘burjaca’ que se refere a “saco ou mala de transporte de objetos e mercadorias sobre bestas” (CUNHA, 1982, p. 128).

Com relação aos tipos de animais utilizados, Matta Machado (2002²⁰ *apud* LOPES & MARTINS, 2011) afirma que isso dependia de alguns fatores: o tipo de carga a ser transportada; a distância a ser percorrida; e as condições geográficas do trajeto. A topografia acidentada de Minas Gerais tornava o deslocamento dificultoso e a tropa que melhor se adaptou às condições geográficas da região de Diamantina foi a burriqueira²¹. Nas regiões de menor declive e de curto curso os carros de boi apresentavam maior êxito. Em outros trechos, o deslocamento era realizado por rio, com auxílio de barcos, como no Rio Jequitinhonha e demais rios da região.

Quanto à configuração dos conjuntos de animais, Lopes e Martins (2011) destacam que a tropa típica na região do Vale do Jequitinhonha possuía um lote de dez cargueiros, onde algumas posições dos animais tinham significado e carregavam uma representação. Segundo Goulart (1961, p.69), as tropas de “primeira linha”, compostas de pelo menos cinco lotes de cargueiros, se destacavam primeiramente pela imagem da “madrinheira²²”, que “eram distinguidas pela cabeçada ornada de prata e enfeitada de martinetas e campainhas, com uma boneca de pano ou uma pluma fixada entre as orelhas do animal”. Os autores afirmam ainda que o animal levava um peitoral composto por seis cincerros e na sua cabeça levava uma “pisteira” de prata e, normalmente, carregava o menor peso da tropa. O “burro de guia”, que ficava na frente dos demais animais, responsável pela marcação da viagem, era bem treinado e sabia os caminhos das tropas, inibindo a passagem dos cargueiros à sua frente. Outro componente da tropa era o “burro de coice”, que tinha como função empurrar os demais animais, inibindo a parada do grupo, mantinha-se no final da fila e, normalmente, era o que levava mais carga dentre os animais. Ao final, para fechar, seguia uma pequena mula portando os mantimentos dos tropeiros e itens de cozinha.

Com relação à origem das tropas que transitavam por Diamantina, pode-se afirmar que eram oriundas do Vale do Jequitinhonha, principalmente aquelas cujos trajetos eram de médio a alto curso como: Serro, Rio Vermelho, Capelinha, Serra Azul de Minas, dentre outros (MARTINS,

²⁰ MATTA MACHADO, Fernando. **Navegação do rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

²¹ Ou tropa de muares. Indica uma tropa de animais híbridos (cruzamento entre espécies diferentes, como o jumento e a égua). Os machos são chamados de burros e as fêmeas de mulas (muares). São conhecidos por sua força e, às vezes, por seu temperamento indócil (SATHLER, 2004).

²² Primeiro animal da tropa, geralmente uma égua mansa (GOULART, 1961).

2010). De maneira geral, as diferentes cidades de Minas Gerais mantiveram seu abastecimento atrelado às tropas até meados do século XX. Na primeira metade daquele século, Diamantina colhia ainda alguns frutos do pequeno movimento de industrialização ocorrido no século anterior e vivia uma expansão ferroviária. Mesmo assim, as tropas de muares se mantiveram como principal meio de locomoção e de transporte de mercadorias em grande parte do nordeste de Minas Gerais.

O deslocamento das tropas promoveu uma dinâmica criação de hospedarias e ranchos destinados aos tropeiros. No levantamento acerca de um local para abrigar o Memorial, foi considerado que, ao longo do percurso por onde as tropas passavam, foram sendo criados esses ranchos de tropas, locais utilizados pelos tropeiros para descansar e onde seus produtos poderiam ser guardados e comercializados²³. Segundo Almeida (1960), até à década de 1880, não havia em Diamantina uma interferência dos órgãos municipais na comercialização dos bens, isto é, a comercialização era realizada diretamente entre os tropeiros, os negociantes e os consumidores. Somente era realizada a fiscalização municipal a fim de angariar impostos. Neste período, existiam três grandes intendências²⁴ na cidade e alguns ranchos que atuavam no recebimento das tropas. Dentre as intendências, destaca-se a Intendência dos Lages, iniciativa do Tenente Joaquim Casimiro Lage, construída em 1835, com o intuito de servir como moradia e ponto comercial da região. Vendo a situação precária pela qual os tropeiros passavam, o Tenente Lage solicitou a construção do rancho como anexo de sua casa (ALMEIDA, 1960). Posteriormente, nesta Intendência foi instituído o Mercado Velho que, futuramente, irá abrigar o Memorial do Tropeiro e do Ferreiro de Diamantina.

O Mercado Velho não só servia como principal ponto de comercialização dos tropeiros na cidade como também de pouso para alguns deles. Lopes e Martins (2011) relatam que as bruacas eram espalhadas pelo chão do Mercado, demarcando os lotes de cada tropa. Nessas divisões estabelecidas pousavam os donos de tropas pequenas e os tocadores. Próximos a eles eram

²³ "[...] as autoridades daquele tempo (séculos XVIII e XIX) determinavam a construção de ranchos em determinadas estradas, a fim de que encontrassem os tropeiros abrigo quando necessitassem. Em volta dos ranchos, verdadeiros arraiais iam se firmando. Era a ocupação do interior, na esteira da infraestrutura tropeira." (SATHLER, 2003, p.131)

²⁴ Intendências, neste caso, refere-se ao modo como os diamantinenses chamavam os grandes ranchos de tropa (cf. ARNO, Ciro. **Memórias de um estudante (1885-1906)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1949, p. 13), não se confundindo com a Intendência das Minas, um órgão criado pela Coroa portuguesa na colônia, com o objetivo de fazer a administração nas regiões mineradoras de ouro.

colocadas as trempes²⁵ de cozinha, utilizadas no preparo do café e demais refeições ali realizadas. Os tocadores, após realizarem suas atividades, saíam para conhecer a cidade, principalmente suas vendas e bares (bebendo cachaça). Já os tropeiros das tropas de “primeira linha” ficavam melhor instalados, em pensões e hospedarias, sendo frequentes as visitas em armazéns e cabarés localizados no Beco do Mota. Assim, no início do século XX era comum encontrar pousos de tropeiros estabelecidos nas maiores casas comerciais da cidade, disponibilizando boas acomodações aos viajantes (LOPES & MARTINS, 2011).

Martins (2010) ressalta que a diminuição e posterior substituição das tropas pelos caminhões desencadeou um declínio na movimentação do local. Os carregamentos de caminhões que chegavam à cidade, por vezes pertencentes aos próprios comerciantes, se direcionavam diretamente para as grandes casas comerciais locais. Com o tempo, a atuação da antiga Intendência dos Lages passou a não cumprir mais a sua função. Entre os anos de 1950 e 1960, aos poucos, os comerciantes e consumidores foram abandonando o local. Atualmente, o Mercado Velho caracteriza-se como um dos principais atrativos turísticos da cidade de Diamantina²⁶ e carrega em si uma forte simbologia ligada a esses profissionais que atuaram durante diversos anos em suas dependências sendo também associado aos tropeiros no imaginário da comunidade diamantinense.

Em Diamantina o movimento intenso de tropas se manteve até às primeiras décadas do século XX, sendo que esse ofício continuou a ser, até por volta de 1950, um importante fator de articulação econômica e comercial entre aquela cidade e outras do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas. As palavras de Marcos Lobato Martins corroboram esta afirmação:

Enfim, se não há dúvidas de que o mais autêntico símbolo da economia do Norte mineiro, o agente por excelência da circulação e da vida econômica regional foi a tropa de muares, também cabe reconhecer que o Mercado Municipal de Diamantina foi, até os anos 1940, a melhor expressão do lugar de destaque que a cidade alcançou no cenário mercantil do Norte mineiro. Ponto de convergência das tropas de inúmeros municípios da região, o Mercado Municipal de Diamantina oferecia, naquela época, uma imagem viva e penetrante do dia-a-dia dos tropeiros e dos padrões tradicionais do comércio de mantimentos no Alto Jequitinhonha, bem como do esforço das autoridades para responder às pressões populares

²⁵ “Arco de ferro, com três pés, sobre o qual se põem panelas que vão ao fogo” (CUNHA, 1982, p. 786).

²⁶ Para mais informações sobre a história do Mercado Velho ver: MARTINS, Marcos Lobato. O comércio de “gêneros do país” no Mercado de Diamantina, Minas Gerais: décadas de 1880 a 1930. **Locus: Revista de História** (Juiz de Fora), v. 16, n. 2 p. 157-173, 2010.

relacionadas à regularidade e modicidade do abastecimento de gêneros de primeira necessidade. (MARTINS, 2010, p. 173).

O tropeirismo coexistiu por algum tempo com os novos veículos de transporte, cada vez mais numerosos e facilitados pelas construções de estradas, então símbolos do desejo de modernização do país e da sua industrialização. Fato é que essa atividade, em determinado momento, atingiu seu ápice e posteriormente, em virtude das modificações no sistema de transporte e outras questões típicas do processo de industrialização e urbanização vigentes, foram desencadeando o declínio da atividade tropeira, em fins dos anos 1940 (LOPES & MARTINS, 2011).

Destarte, o tropeirismo se tornou a recordação de uma época, um dos ofícios que desapareceram com a aceleração da vida moderna, mas que não devem desaparecer da memória. Os objetos relacionados a essa atividade, seus relatos, seus saberes tradicionais, suas imagens, enfim, a sua história e a sua memória constituem um patrimônio do povo brasileiro, que pela sua importância e significado devem ser preservados.

4. HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Para propormos a criação de um memorial com o objetivo de salvaguarda da cultura tropeira como patrimônio cultural e como memória, é importante mencionar a concepção mesma de patrimônio como socialmente constituído na sua inter-relação com a memória e a história.

A concepção de patrimônio não foi sempre unívoca e como todo dado de cultura, possui uma história e se movimenta entre ideias e práticas nem sempre consensuais. Isso significa que o patrimônio é construído socialmente e deve ser considerado dentro do seu contexto, levando em conta as práticas sociais da malha societária que o engendrou e que lhes dão sentido (ARANTES, 2006). Etimologicamente, nas línguas românicas, o termo teve origem em uma concepção que pode ser entendida como “herança paterna”. Do latim *patrimonium*, o vocábulo alude a propriedades

herdadas de progenitores ou a conjunto de monumentos herdados de gerações passadas (FUNARI & CARVALHO, 2005).

Até meados do século XX, o conceito de patrimônio esteve intimamente relacionado aos bens materiais imóveis, principalmente daqueles herdados das gerações anteriores. No Brasil, os primeiros bens reconhecidos como patrimônio tinham relação direta com edificações do período colonial. Essa noção de patrimônio foi ampliada na década de 1980, passando a abranger valores e bens culturais móveis e imóveis, materiais e imateriais, e ainda os bens naturais com os quais um determinado grupo social se identifica e quer conservar para as futuras gerações. Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 promoveu uma ampliação do entendimento de patrimônio que anteriormente estava conceituado – de acordo com Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – como *Patrimônio Histórico e Artístico*. A nova Constituição, em seu artigo 216, fez a substituição por *Patrimônio Cultural Brasileiro*. Foi uma mudança importante, na medida em que se passou a considerar e a dar importância, do ponto de vista legal, às referências culturais do país, inclusive no que concerne a bens imateriais. O decreto de 1937 concebe patrimônio como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Já de acordo com o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I as formas de expressão;

II os modos de criar, fazer e viver;

III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, Constituição Federal Brasileira, 1988, art. 216).

Essa modificação amplia, na prática, a possibilidade de preservação da memória, atingindo desde as mais diversas manifestações artísticas, saberes, modos de fazer e criar, até os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, passando por uma gama riquíssima de formas de expressão do povo brasileiro. Neste sentido, é que o tropeirismo como um ofício, um modo de fazer, pode ser contemplado nessa concepção, na categoria Saberes, dentre as definidas para agrupar os diversos tipos de bens de natureza imaterial.

Preservar um patrimônio é preservar a memória. É, pois, na memória que as comunidades reconhecem a sua identidade por meio da identificação, valoração, seleção e transmissão dos elementos que são próprios da sua história. Le Goff (1990), no seu livro *História e Memória*, faz uma análise da importância da memória ao longo da história e destaca que, contemporaneamente, a busca pela sua manutenção está essencialmente ligada à identidade, sendo basilar tanto para os indivíduos quanto para a sociedade no mundo atual. Esse autor afirma ainda que a memória coletiva, não sendo meramente uma conquista é, sobretudo, um instrumento e um objeto de poder. A preservação da memória e a luta pela sua democratização seriam, nessa concepção, uma tentativa de salvar o passado pelo bem do presente e do futuro, no sentido da libertação humana. Nas suas palavras:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1990, p. 411)

Neste sentido, a apropriação de objetos de distintos tipos, disponibilizados visualmente em museus, memoriais e outras instituições culturais, como preservação da memória, cumpre uma função representativa das identidades de pessoas, grupos e nações. Esse autor afirma a existência de um vínculo afetivo entre as distintas gerações humanas e o tempo histórico no qual viveram. Esse vínculo é um importante elemento dentre aqueles que possibilitam que os homens sejam sujeitos da história.

Assim como a concepção de patrimônio, aquela de memória tem também um percurso histórico considerável e sofreu transformações ao longo do tempo. Para corroborar essa afirmação, basta recordar a importante obra de Frances A. Yates – A Arte da Memória, onde o autor faz um percurso histórico da memória, desde os clássicos gregos e latinos, passando pelo mundo medieval, pelo renascimento até à relação da memória com o desenvolvimento científico (YATES, 2007). Enquanto a memória é construída, realimentada e comunicada sem mediações pelos atores sociais em suas redes relacionais, o patrimônio é uma instituição realizada e mediada pelos Estados (ARANTES, 2006).

O que aqui interessa em relação à memória e ao patrimônio é a criação de uma profícua fronteira entre História e Turismo na questão da busca por identidade, por meio da apreensão do passado como “patrimônio memorialístico” (MENESES, 2006). Essa relação fronteiriça possibilita a construção de um novo atrativo: o passado. Nas palavras de Menezes:

A construção/invenção do passado como atrativo para quem viaja parte de interpretações que são instrumentalmente inseridas no método da História, mas também, por construções de caráter popular, lendário e mitológico... A ideia de patrimônio histórico-cultural e o conceito de patrimônio memorialístico e identitário fazem mediação entre disciplinas e vivências. Interpretações de uma disciplina (História) e vivências de outra (Turismo) têm interferido nas formas de comunicação de ambas. (MENESES, 2006, p. 15)

É, portanto, nessa perspectiva interdisciplinar que se coloca a possibilidade da criação do Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina. Entendendo a importância da preservação do patrimônio cultural e da memória como um direito e um dever dos cidadãos; como possibilidade de assumirem o papel de sujeitos de suas histórias; e ainda valorizando práticas e vivências do passado como atrativos em uma cidade colonial com considerável potencial turístico.

5. A CULTURA TROPEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E ATRATIVO TURÍSTICO

Paralelamente à proposta de criação do memorial, coloca-se aqui a proposta de registro e reconhecimento do tropeirismo como patrimônio cultural imaterial de Diamantina e de Minas Gerais, que será discutido na sequência.

O processo de registro e reconhecimento dos bens imateriais como patrimônio cultural no Brasil é regulamentado pelo Decreto 3551, de 02 de agosto de 2000. A partir da criação desse instrumento legal, uma gama de referências culturais herdadas de uma geração para a outra e que conformam a identidade de determinados grupos sociais passaram a ser reconhecidas como patrimônio imaterial. A UNESCO define como patrimônio cultural imaterial: “As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2003, art.2).

Desta forma, o patrimônio cultural imaterial de um determinado grupo social é transmitido de geração em geração e constantemente recriado por seus membros, gerando um sentimento de pertencimento e continuidade. Neste sentido, não deve ser considerado algo estático a ser preservado mediante a manutenção de todas as suas características. O processo de salvaguarda do patrimônio imaterial tem relação concreta com a valorização e o reconhecimento de sua importância por um dado grupo social, reconhecendo-o como aspecto relevante da identidade coletiva, mas em constante ressignificação.

Assim, a identidade cultural de um determinado grupo social pode ser acionada, criada ou reinventada para compor a gama de referências culturais importantes e que devem ser transmitidas de uma geração para outra. Neste sentido, aqueles aspectos valorizados por cada grupo social podem ser reconhecidos como patrimônio cultural imaterial.

Nessa perspectiva, a identidade é marcada por símbolos presentes na cultura material e imaterial; na associação entre o pertencimento e as coisas utilizadas, criadas e transformadas pelos diferentes agentes que buscam, em seus apelos ao passado, uma forma de estabelecer reivindicações identitárias do mundo contemporâneo no processo patrimonial. Identidade é, portanto, uma “condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais” (NOVAES, 1993²⁷, p. 25 *apud* SILVA, 2009, p.104).

²⁷ NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos**: imagens da representação de si através dos outros. Edusp, 1993.

A cultura tropeira, que, como visto, teve forte influência em Minas Gerais, nos séculos XVIII, XIX e XX, merece seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial. Destaca-se que várias cidades do Brasil já reconheceram o tropeirismo como patrimônio cultural imaterial em âmbito municipal, como por exemplo, Sorocaba e Taubaté no estado de São Paulo e outras cidades localizadas na Rota dos Tropeiros, no Paraná. Já existe também uma proposta encabeçada por um grupo de pesquisadores e ativistas do sul do país para esse reconhecimento em âmbito nacional e internacional, como apontado em reportagem sobre o assunto:

Queremos ver o tropeirismo reconhecido como bem imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco)”, diz Solera, que vem trabalhando, dentro do projeto Tropeiro Brasil, em parceria com o museu de Ipoema e a Universidade de Girona, na Espanha, onde há um curso de turismo cultural (WERNECK, 2012).

Essas iniciativas reforçam a necessidade de se pensar no reconhecimento da cultura tropeira como patrimônio cultural imaterial (no âmbito municipal e estadual) configurando uma ação para resgatar e reconhecer a importante contribuição dos tropeiros para a formação cultural de Diamantina e de Minas Gerais. Pelo exposto, as tropas e os tropeiros podem ser considerados “como o mais autêntico símbolo da economia do sertão mineiro, o agente por excelência da circulação e da vida econômica das Minas Gerais” (LOPES & MARTINS, 2011, p.336).

A cultura tropeira pode ser acionada e recriada por meio das memórias de antigos tropeiros e seus familiares, histórias passadas de geração para geração, representações de tropas, documentos e peças históricas, indumentárias, entre outros, que são elementos importantes presentes no repertório ativado da identidade tropeira. Desse modo, foi reunido um acervo de fotografias, documentos, entrevistas e peças utilizadas por aqueles que foram essenciais para o transporte de mercadorias e de pessoas, para a comunicação e para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais até meados do século XX. Nessa perspectiva, foi proposta a criação de um memorial em Diamantina para se preservar a tradição desse ofício, reconhecendo sua importância histórica, social e econômica e

ênfatizando o sentimento de pertencimento à identidade dita tropeira, que grande parte da população mineira e diamantinense compartilha.

Um memorial pode ser entendido como uma instituição voltada para a memória e é, em geral, criado para prestar uma homenagem a um grupo social, a alguém ou a alguma instituição. Assim, memorial é entendido como “lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais” (BARCELLOS, 1999, p.8). Pierre Nora²⁸ ênfatiza a importância dos memoriais: “Os memoriais são, assim, na aceção de Pierre Nora, lugares de memória, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial” (1993 *apud* AXT, 2012, p.65).

O registro da memória desses ofícios faz parte da identidade histórico-cultural de Diamantina e da região e pode ainda ser um atrativo a mais para os visitantes da cidade. Assim, o espaço do memorial pretende democratizar o uso social desse patrimônio, não só para turistas e visitantes, mas especialmente para os próprios moradores que – a depender da idade e do meio social – irão se identificar e se reconhecer no espaço e nos seus objetos, ou se informar sobre um passado recente que não existe mais.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Diamantina, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e colaboradores da comunidade se juntaram na criação de um espaço que pretende garantir a sobrevivência da memória como identidade cultural. Esse memorial pretende, assim, não apenas salvaguardar a cultura tropeira deixando um legado para as futuras gerações, mas também difundir o conhecimento sobre esse ofício, facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. Desta forma, é possível contribuir para o desenvolvimento do turismo por meio da criação de mais um atrativo turístico nessa importante cidade, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Com a criação de mais esse atrativo cultural em Diamantina a relação entre cultura e turismo tende a se fortalecer permitindo que ambos os aspectos sejam beneficiados, como apontado pelo Ministério do Turismo, em publicação sobre o assunto: “Pode-se dizer que a relação cultura e turismo fundamenta-se em dois pilares: o primeiro é a existência de pessoas

²⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História** (São Paulo), v. 10, p. 7-28, dez., 1993.

motivadas em conhecer culturas diversas e o segundo é a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio, e da promoção econômica de bens culturais” (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.10).

Neste sentido, o turismo cultural, entendido como aquelas viagens que têm na cultura o principal motivador de fluxos, já é o segmento turístico de maior importância em Diamantina (UFVJM, 2020) e pode ser ainda mais fomentado por esta iniciativa. Ressalta-se que os atrativos turísticos mais visitados na cidade são os da categoria cultural, com destaque para o Museu do Diamante, a Catedral, o Mercado Velho, a Casa da Chica da Silva, a Casa JK e a Vila do Biribiri (UFVJM, 2020). Esse Memorial terá o privilégio de ser instalado em um prédio histórico restaurado, qual seja o Mercado Velho de Diamantina, onde já acontecem diversas manifestações culturais locais, o que por si já atrai um público visitante. Com mais esse atrativo turístico na cidade, espera-se contribuir para a valorização da cultura tropeira de Minas Gerais; para a salvaguarda e a divulgação da história e memória dos tropeiros para a presente e para as futuras gerações; resgatar a história desse importante ponto turístico de Diamantina; e enriquecer ainda mais a experiência do turista que visita a cidade. Por fim, com a criação do memorial abrem-se perspectivas para que temas correlatos ganhem força, como a discussão sobre patrimonialização da cultura tropeira, projetos de educação patrimonial, lançamento de livros, seminários, exposições, palestras, apresentações culturais e outros eventos relacionados ao tema em questão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tropeiros tiveram uma importância muito grande no contexto histórico-cultural de Minas Gerais e de Diamantina nos séculos XVIII, XIX e início do XX, sendo responsáveis pelos primórdios dos setores de transporte, comércio e comunicação. Porém, com o desenvolvimento da indústria automobilística e com a ampliação da malha rodoviária e ferroviária, principalmente na segunda metade do século XX, essa atividade entrou em declínio.

Assim, destaca-se a importância de valorização desse ofício e de resgate da história e da memória dos tropeiros de Minas Gerais, de uma forma geral, e da região de Diamantina, mais

especificamente. Neste sentido, a proposta de criação do Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina contribuirá para a salvaguarda de um importante acervo de ferramentas, indumentárias, documentos, fotografias, vídeos com depoimentos, entre outras peças que ajudam a contar a história dos tropeiros, contribuindo para a difusão do conhecimento sobre esse ofício para a presente e para as futuras gerações. Ademais, com a criação desse memorial a cidade ganhará mais um atrativo turístico, contribuindo para a valorização da experiência do turista que visita a cidade.

Destaca-se que o estado de Minas Gerais e a cidade de Diamantina desfrutam de um importante legado da cultura tropeira, com forte influência na culinária e gastronomia mineira (com vários pratos típicos desenvolvidos pelos tropeiros, como o famoso feijão tropeiro e a paçoca de carne), na linguagem (com o uso de vocabulário e termos típicos utilizados por eles), na música (com a moda de viola característica dos encontros das tropas e cantado em músicas, como “Tropeiro de cantiga” do compositor Paulinho Pedra Azul, 1982 e “Marcolino”, conhecida na voz de Inezita Barroso), na literatura (com diversos livros retratando suas características, história e cultura, como “A noiva do tropeiro”²⁹, de Abílio Barreto, e “Minha vida de menina”³⁰, de Helena Morley), dentre outros aspectos que expressam o modo de ser e de fazer do tropeiro mineiro.

Assim, a identidade cultural tropeira merece ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial (em âmbito municipal e estadual) configurando-se como uma ação para ressignificar e reconhecer a importante contribuição dos tropeiros para a formação cultural de Diamantina e de Minas Gerais, indicando-se a possibilidade de seu registro no Livro dos Saberes (onde se registra os modos de fazer e os ofícios).

Portanto, conclui-se que a cultura tropeira pode se constituir em um importante atrativo turístico, valorizando os aspectos de sua identidade, trazendo à tona a importante discussão sobre a patrimonialização do tropeirismo para garantia da proteção e difusão do relevante legado deixado por eles.

²⁹ BARRETO, Abílio. **A noiva do tropeiro**: romance de costumes mineiros. Livraria Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1946. 291p.

³⁰ MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Diamantina**. São Paulo: Martins, 1960. p. 165.
- ARANTES, Antônio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.
- AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 12, n. 24, p. 64-89, jul./dez., 2012.
- BARCELLOS, Jorge. **O memorial como instituição no Sistema de Museus**: conceitos e práticas na busca de um conteúdo. Disponível em: <http://www.memorial.mppr.mp.br/arquivos/File/Barcellos.pdf>. Acesso em: 22/04/2020.
- BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília, 2006.
- COSTA, Antônio Gilberto. Os caminhos do ouro e a Estrada Real para as Minas. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 28-151.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 839p.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da mata atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484p.
- FLORES, M. **Dicionário do tropeirismo**. 1. ed. Porto Alegre: Est Edições, 2006. v. 1. 102p.
- FLORES, M. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. **Diálogos** (Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá), v.9, n.1, 2005.
- GARDNER, George. **Viagens no Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1840**. Coleção Brasiliana, v. 223, 1942.
- GOULART, José Alípio. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**, Conquista: Rio de Janeiro, 1961.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Diamantina, Minas Gerais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina>. Acesso em: 20/04/2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Marcos Antônio; MARTINS, Marcos Lobato. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. **História** (São Paulo), v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun, São Paulo, 2011.

MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando. **Hospício da Diamantina a loucura na cidade moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. O comércio de “gêneros do país” no mercado de Diamantina, Minas Gerais: décadas de 1880 a 1930. **Revista de História** (Juiz de Fora), v. 16, n. 2, p. 157-173, 2010.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

O MUNICÍPIO, ano IV, n. 230, 16 de junho de 1900. Biblioteca Antônio Torres, IPHAN Diamantina.

Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Brasília, 2006. 17p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 11/08/2020

PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. **Lei nº 93**, de 06 de março 1838. Carta de Lei, que eleva a cidades as vilas de São João Del-Rei, do Sabará, do Príncipe, e Diamantina, e determina que em cada uma delas se complete o número de nove vereadores pela maneira acima declarada. Diamantina, 1838. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=93&comp=&ano=1838>. Acesso em: 26/06/2020.

ROMEIRO, Adriana. A História das Minas entre o sertão e o Império. In: COSTA, Antonio Gilberto (Org). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p. 206-221.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SATHLER, Evandro Bastos. **Tropeiros & outros viajantes**. 2. ed. Niterói: PPGSD-UFF/ Edição do Autor, 2004. 370p.

SILVA, Adriana Fraga da. **“Meu avô era tropeiro!”: identidade, patrimônio e materialidades na construção da terra do tropeirismo – Bom Jesus (RS)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Itatiaia: Belo Horizonte, 1981.

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas**. Diamantina: UFMJM, Curso de Turismo, 2020.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 02/03/2021.

VELOSO, Tércio. Cidade colonial, historiografia e representação: nota de um estudo sobre a formação urbana de Mariana, Minas Gerais (século XVIII). **Domínios da Imagem**, Londrina, v.9, n. 17, p. 145-165, jan./jun. 2015.

WERNECK, Gustavo. Na rota dos tropeiros: atividade pode se tornar patrimônio imaterial do Brasil. **Estado de Minas Gerais**. Edição de 10/03/2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/03/10/interna_gerais.282629/na-rota-dos-tropeiros-atividade-pode-se-tornar-patrimonio-imaterial-do-brasil.shtml. Acesso em: 12/05/2020

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 504p.